



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção da iluminação pública na sede e nos povoados do Município de Maruim/SE, compreendendo a substituição de peças e o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários à instalação de materiais elétricos de baixa e alta tensão, com base no sistema ORSE e SINAPI.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, Inciso XXIII, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021)

1.1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção da iluminação pública na sede e nos povoados do Município de Maruim/SE, compreendendo a substituição de peças e o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários à instalação de materiais elétricos de baixa e alta tensão, conforme especificações deste Termo de Referência.

1.2. A empresa prestadora dos serviços será selecionada por meio de licitação, na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, adotando-se o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**.

1.3. O regime de execução contratual será por meio de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme o disposto no art. 46, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

Definição Legal (Art. 6º, XXVIII):

"Empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;"

Características:

- a) Pagamento realizado conforme medição dos serviços efetivamente executados;
- b) Preços unitários fixos durante toda a vigência do contrato;
- c) Variação de quantidades permitida sem alteração dos preços unitários;
- d) Medições periódicas (mensais ou por etapas).

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, conforme o disposto no art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando-se o **menor preço global ofertado pela licitante, obtido a partir da soma dos preços unitários propostos para os itens da planilha orçamentária**.

- Fórmula de Cálculo:

Preço Global = Σ (Preço Unitário Proposto \times Quantidade Estimada)

O Preço Global é utilizado **EXCLUSIVAMENTE PARA JULGAMENTO E ESCOLHA DO VENCEDOR**. O pagamento será sempre realizado conforme quantidades realmente executadas.

- Fórmula de Pagamento:

Valor a Pagar = Σ (Preço Unitário \times Quantidade Real Executada)



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES (art. 6º, Inciso XXIII, alínea “a” da Lei nº 14.133/2021)

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QUANT	PREÇO UNIT	VALOR TOTAL	(%)
01	MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA				64.542,72	3,31
01.001	Eletricista com encargos complementares	h	1.056,00	34,41	36.336,96	1,86
01.002	Ajudante especializado com encargos complementares	h	1.056,00	26,71	28.205,76	1,45
02	VEÍCULOS ESPECÍFICOS PARA APOIO				50.386,32	2,60
02.001	Pick-up, capacidade 1,2 t	h	1.056,00	13,82	14.593,92	0,75
02.002	Aluguel de caminhão guindauto 3,0 t (m. benz - 1215 c/48- 143,0 hp	h	280,00	127,83	35.792,40	1,85
03	MATERIAL E ACESSÓRIO				1.824.525,07	94,09
03.001	Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 50 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 160lm/w,8000 lm e 54.000h, com base para Relé 3 PINOS, modelo GL421 G-Light ou similar	un	200,00	745,26	149.052,00	7,69
03.002	Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 100 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 160lm/w,16.000 lm e 54.000h, com base para Relé 3 PINOS, modelo GL421 G-Light ou similar	un	300,00	1.189,35	356.805,00	18,40
03.003	Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 150 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 170lm/w,24.000 lm e 54.000h, com base para Relé 3 PINOS, modelo GL421 G-Light ou similar	un	300,00	1.708,36	512.508,00	26,43
03.004	Luminaria em LED p/ iluminação pública LED SMD AUTOVOLT 200 W, 5.000 K, IP-66, IRC 70, FP>0,95, 160lm/w,32.000 lm e 54.000h, com base para Relé 3 PINOS, modelo GL421 G-Light ou similar	un	200,00	1.980,09	396.018,00	20,42
03.005	Refletor Slim LED 100W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	un	5,00	71,61	358,05	0,02
03.006	Refletor Slim LED 200W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	un	5,00	134,41	672,05	0,03
03.007	Refletor Slim LED 300W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	un	5,00	903,14	4.515,70	0,23
03.008	Refletor Slim LED 500W de potência, branco Frio, 6500k, Autovolt, marca G-light ou similar	un	5,00	1.189,64	5.948,20	0,31



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

03.009	Relé fotoelétrico 1000 w - 220 v	un	2.500,00	43,14	107.850,00	5,56
03.010	Base fixa para relé foto elétrico	un	1.500,00	9,97	14.955,00	0,77
03.011	Fita isolante de alta fusão 19 mm x 10 m	un	100,00	15,41	1.541,00	0,08
03.012	Fita isolante adesiva antichama, uso ate 750 v, em rolo de 19 mm x 20 m	un	50,00	15,24	762,00	0,04
03.013	Isolador de porcelana, tipo roldana, dimensoes de *72* x *72* mm, para uso em baixa tensao	un	20,00	2,45	49,00	-
03.014	Armação secundária 1 estribo	un	20,00	31,90	638,00	0,03
03.015	Contactor 3RT1035	un	10,00	491,54	4.915,40	0,25
03.016	Contactor 3RT1025	un	10,00	186,03	1.860,30	0,10
03.017	Cordao de cobre, flexivel, torcido, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/d, 300 v, 2 condutores de 1,5 mm2	m	50,00	4,31	215,50	0,01
03.018	Cordao de cobre, flexivel, torcido, classe 4 ou 5, isolacao em pvc/d, 300 v, 2 condutores de 2,5 mm2	m	50,00	6,97	348,50	0,02
03.019	Poste circular de concreto 12/ 300	un	2,00	2.552,56	5.105,12	0,26
03.020	Poste concreto duplo T (DT) 10/ 300	un	5,00	1.176,13	5.880,65	0,30
03.021	Poste de ferro galvanizado, 3" x 6m, completo, para entrada de energia	un	50,00	476,72	23.836,00	1,23
03.022	Parafuso m16 em aco galvanizado, comprimento = 300 mm, diametro = 16 mm, rosca dupla	un	1.500,00	26,19	39.285,00	2,03
03.023	Eletroduto condutele pvc rígido, d= 3/4"	m	50,00	6,09	304,50	0,02
03.024	Luva eletroduto pvc roscável, d= 3/4"	un	25,00	1,25	31,25	-
03.025	Curva 90° eletroduto pvc roscável, d= 3/4"	un	25,00	3,18	79,50	-
03.026	Curva 180 graus, de pvc rigido roscavel, de 3/4", para eletroduto	un	25,00	4,95	123,75	0,01
03.027	Eletroduto pvc roscável, d=1 "	m	50,00	10,12	506,00	0,03
03.028	Luva eletroduto pvc roscável, d=1 "	un	25,00	1,75	43,75	-
03.029	Curva 90° eletroduto pvc roscável, d=1 "	un	25,00	4,37	109,25	0,01
03.030	Curva 180° eletroduto pvc roscável, d= 1"	un	25,00	5,44	136,00	0,01
03.031	Caixa de medicao bi ou trifásica, em noril (polycarbonato)	un	10,00	111,91	1.119,10	0,06
03.032	Caixa de medicao monofásica, em noril (polycarbonato)	un	10,00	43,05	430,50	0,02
03.033	Conector p/ haste de aterramento 5/8"	un	30,00	6,12	183,60	0,01
03.034	Haste cobreada copperweld p/aterramento d= 5/8" x 2,40m, exclusivo	un	30,00	68,00	2.040,00	0,11



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUM

	conector					
03.035	Conector perfuração 25-95/2 95 mm	un	600,00	7,95	4.770,00	0,25
03.036	Cabo cobre flexível, isolado, 1,5mm ² - 450/750V / 70°	m	2.000,00	1,86	3.720,00	0,19
03.037	Cabo cobre flexível, isolado, 2,5mm ² - 450/750V / 70°	m	2.000,00	2,95	5.900,00	0,30
03.038	Cabo cobre flexível, isolado, 4,0mm ² - 450/750V / 70°	m	2.000,00	4,89	9.780,00	0,50
03.039	Cabo cobre flexível, isolado, 6,0mm ² - 450/750V / 70°	m	2.000,00	7,03	14.060,00	0,73
03.040	Cabo cobre rígido, unipolar, 6mm ² - 0,6/1kv / 70°	m	500,00	7,82	3.910,00	0,20
03.041	Cabo cobre rígido, unipolar, 10mm ² - 0,6/1kv / 70°	m	500,00	12,82	6.410,00	0,33
03.042	Cabo de cobre PP Cordplast 2 x 2,5 mm ² , 450/750v	m	1.000,00	7,34	7.340,00	0,38
03.043	Cabo de cobre PP Cordplast 2 x 4,0 mm ² , 450/750v	m	1.000,00	13,34	13.340,00	0,69
03.044	Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 4,0 mm ² , 450/750v	m	1.000,00	15,41	15.410,00	0,79
03.045	Cabo de alumínio 0,6/1kv multiplexados 3x1x16 +16mm ²	m	500,00	13,04	6.520,00	0,34
03.046	Eletroduto em ferro galvanizado pesado sem costura 1" x 3m	un	10,00	126,53	1.265,30	0,07
03.047	Luva ferro galvanizado d=1 "	un	5,00	17,09	85,45	-
03.048	Curva 90° ferro galvanizado d=1 "	un	5,00	45,23	226,15	0,01
03.049	Braço para luminária padrão Energisa 3/4" x 3,00 m	un	200,00	383,97	76.794,00	3,96
03.050	Braço reto para luminária pública padrão energisa 1 x 1,00 m	un	100,00	52,78	5.278,00	0,27
03.051	Braço para luminária padrão energisa 1 1/4" x 1,50 m	un	100,00	70,39	7.039,00	0,36
03.052	Suporte de fixação em chapa de aço galvanizado, para 02 luminária, encaixe em poste com topo de Ø de 48mm/60,3mm externo, Código SUP02, da AMES ILUMINAÇÃO ou similar	Un	10,00	105,98	1.059,80	0,05
03.053	Suporte de fixação em chapa de aço galvanizado, para 03 luminária, encaixe em poste com topo de Ø de 48mm/60,3mm externo, Código SUP03, da AMES ILUMINAÇÃO ou similar	Un	10,00	153,69	1.536,90	0,08
03.054	Suporte de fixação em chapa de aço galvanizado, para 04 luminária, encaixe em poste com topo de Ø de 48mm/60,3mm externo, Código SUP04, da AMES ILUMINAÇÃO ou similar	Un	10,00	185,48	1.854,80	0,10



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

	TOTAL DO ORÇAMENTO				1.939.454,11	100,00
--	---------------------------	--	--	--	---------------------	---------------

- 2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.2. A vigência da Ata poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, desde que:
- 2.2.1. Haja previsão expressa.
- 2.2.2. Reste demonstrado, mediante pesquisa de mercado, que os preços permanecem vantajosos à Administração.
- 2.2.3. Seja formalizada por termo aditivo, antes do vencimento da ata.
- 2.2.4. Seja observada a limitação máxima de vigência prevista em Lei para a Ata de Registro de Preços.
- 2.3. A vigência total da Ata, incluída a prorrogação, não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses.
- 2.4. Os contratos celebrados com fundamento na presente Ata poderão ter prazos de vigência e de execução distintos do prazo da Ata, desde que sejam formalizados durante a vigência da mesma, observados os limites da legislação vigente.
- 2.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 2.6. A Ata de Registro de Preços e os contratos dela decorrentes poderão ser rescindidos unilateralmente pela Administração, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021 e na legislação aplicável, por motivo de conveniência e oportunidade ou por infração às disposições legais, regulamentares ou contratuais.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)

- 3.1. A fundamentação da contratação se encontra pormenorizada em justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, documento apêndice a este Termo de Referência.
- 3.2. A necessidade da presente contratação tem como intuito atender as demandas do Órgão Contratante, em especial aquelas ligadas a necessidade de prestação dos serviços de substituição da iluminação atual por luminárias de led, na sede e povoados no município. A contratação visa garantir a conformidade legal dos atos administrativos praticados, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/21, promovendo assim uma gestão pública eficiente e transparente.
- 3.3. A substituição das luminárias convencionais por luminárias de LED justifica-se, em primeiro lugar, pela necessidade de modernização do sistema de iluminação pública. As luminárias atuais, geralmente de vapor de sódio ou mercúrio, apresentam baixa eficiência energética e alto custo de manutenção. O LED representa uma solução mais tecnológica, eficiente e compatível com as demandas atuais de sustentabilidade e economia de recursos públicos.
- 3.4. Do ponto de vista econômico, a implantação de luminárias de LED representa uma economia significativa a médio e longo prazo. Esses equipamentos consomem até 60% menos energia em comparação com as tecnologias tradicionais, o que reduz substancialmente os gastos com energia elétrica do município. Além disso, o menor índice de falhas e a maior durabilidade dos LEDs resultam em menos intervenções de manutenção, diminuindo também os custos operacionais.
- 3.5. A contratação de uma empresa especializada é fundamental para garantir que o projeto seja executado com qualidade, dentro dos padrões técnicos exigidos. Empresas do setor



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

possuem conhecimento técnico, mão de obra qualificada e experiência na instalação desses sistemas, garantindo eficiência e segurança na substituição das luminárias. Essa contratação também permite o cumprimento de cronogramas e o uso de materiais certificados, reduzindo riscos de falhas ou retrabalhos.

3.6. Outro aspecto relevante é o impacto ambiental positivo da troca por luminárias de LED. O LED não contém substâncias tóxicas, como o mercúrio, comum em lâmpadas mais antigas, e emite menos calor e CO₂. Essa substituição, portanto, contribui diretamente para as metas de sustentabilidade ambiental e para a redução da pegada de carbono do município, promovendo uma gestão pública mais responsável e consciente.

3.7. Além das vantagens técnicas e ambientais, a melhoria na iluminação pública traz benefícios diretos à população. Ruas mais bem iluminadas aumentam a sensação de segurança para pedestres e motoristas, inibem ações criminosas e melhoram a mobilidade urbana noturna. A iluminação mais clara e uniforme proporcionada pelo LED também valoriza os espaços públicos e contribui para o bem-estar coletivo da comunidade.

3.8. Diante desses fatores, a contratação de uma empresa especializada para a substituição das luminárias se apresenta como uma ação estratégica, sustentável e economicamente viável. Trata-se de um investimento que traz retorno em economia, qualidade de vida, segurança pública e valorização do espaço urbano, tornando-se uma iniciativa essencial para o desenvolvimento do município.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. Os serviços, objeto da presente licitação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos fornecedores e facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

4.2. A adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços enquadra-se perfeitamente na conveniência da contratação, proporcionando melhor planejamento dos gastos públicos, de acordo com o previsto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º do Decreto nº 11.462/2023, que dispõe que o Sistema de Registro de Preços - SRP é um conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras.

4.3. Ainda sobre SRP, o artigo 3º do Decreto nº 11.462/2023 estabelece as hipóteses em que a Administração Pública Federal pode utilizar o SRP:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o §2º do art. 32; ou



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.4. Nesse caso, justifica-se a realização do presente processo pelas condições e pelas hipóteses que seguem:

- I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

4.5. As contratações decorrentes da ata de registro de preços serão formalizadas pelo órgão ou entidade interessada por meio de instrumento contratual ou, quando cabível em razão da natureza e das características do objeto, por nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento hábil, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, e do art. 34 do Decreto nº 11.462, de 2023.

4.6. Este Termo de Referência é elaborado em observância ao disposto no art. 6º, inciso XXIII, alíneas 'c', 'd', 'e', 'f' e 'g', e no art. 40, §1º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, no que se refere à descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução contratual, modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento.

4.7. O critério de julgamento 'menor preço' na forma de **MENOR PREÇO GLOBAL** da planilha orçamentária fundamenta-se no art. 33, inciso I, e no art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar e, apêndice deste Termo de Referência.

5.2. Serão executados todos os Serviços de Manutenção com Substituição de Peças da Iluminação Pública na Sede e Povoados do Município de Maruim/SE, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra instalação de material elétrico de baixa e alta tensão, de acordo com as Especificações e critérios estabelecidos no presente Termo de Referência, incluídas os IP de destaque de fachadas de edificações e de Obras de Artes Especiais (pontes, viadutos, monumentos, etc.).

Serviço de Manutenção

5.3. Os serviços a serem prestados no âmbito do presente termo abrange as atividades de Manutenção em todo o Sistema de Iluminação Pública do Município.

5.4. Os Serviços de Manutenção são classificados em:

- a) Serviços Preventivos;
- b) Serviços Corretivos;

Serviços Preventivos

5.5. Os serviços preventivos podem ser classificados como abaixo elencados e contemplam elementos da Rede e todas as unidades de Iluminação Pública, padronizadas ou especiais:

- a) Colocação de tampa em caixa de passagem
- b) Correção de fixação do reator e ignitor
- c) Correção de posição de braços / luminárias



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- d) Eliminação de cargas elétricas não destinadas à Iluminação Pública
- e) Fechamento de luminária com tampa de vidro aberto
- f) Limpeza externa e interna de luminária
- g) Manobra de proteção de transformador (chave primária)
- h) Manobra de proteção do circuito de alimentação da Iluminação Pública
- i) Substituição de chave magnética e/ou proteção
- j) Substituição de conectores
- k) Substituição de ignitor
- l) Substituição de lâmpada
- m) Substituição de relé fotoelétrico
- n) Substituição de reator/equipamento auxiliar

5.6. Quando da abertura ou colocação de tampa da caixa de passagem, a mesma deverá ser limpa e todas as conexões verificadas e refeitas caso apresentem riscos de falhas, inclusive quanto à isolação.

5.7. A Contratada deverá tensionar os cabos do circuito aéreo de Iluminação Pública quando necessário, bem como desobstruir a Rede de Iluminação Pública e seus componentes de objetos estranhos (galhos de árvores, pipas, tênis, etc.) sempre que constatadas estas ocorrências.

Serviços Corretivos

5.8. Os serviços corretivos são todos os demais serviços não relacionados como serviços preventivos e podem ser classificados como abaixo elencados e necessários ao restabelecimento integral das condições normais, padronizadas e de segurança da Rede de Iluminação Pública, com emissão de OS - Ordem de Serviço pela SMOI, como:

- a) Instalação de unidades faltantes;
- b) Substituições, Remoção e Supressão de pontos IP, equipamentos e demais materiais pertencentes à rede;
- c) Serviços em consequência de falha, acidente, furto, vandalismo, desempenho deficiente ou outros, executados em pontos IP e/ou Circuitos;
- d) Serviços que envolvam todas as configurações da Rede de Iluminação Pública e seus elementos, ou seja, aéreo, subterrâneo, túneis, passagens subterrâneas e especiais como iluminação de equipamentos urbanos e de destaque;

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

Sustentabilidade

6.1. Respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental durante a execução contratual dos serviços descritos neste instrumento, observando, sempre que aplicável e tecnicamente viável, os critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

6.1.1. Sem prejuízo do disposto no item 6.1, a CONTRATADA se compromete a minimizar os impactos ambientais negativos existentes na prestação dos serviços, priorizando o uso de materiais recicláveis, reciclados, biodegradáveis, com menor emissão de gases de efeito estufa, maior eficiência energética e menor geração de resíduos, bem como observar o disposto nos Planos de Logística Sustentável eventualmente instituídos pelo órgão CONTRATANTE, sempre que tecnicamente viável e economicamente justificável.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Subcontratação

6.2. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual sem prévia e expressa anuência do Contratante.

Garantia da contratação

6.3. Haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 1% (um) do valor (inicial/total/anual) do contrato.

6.3.1. Diante do volume dos contratos, da essencialidade dos serviços que serão prestados para o regular funcionamento das atividades da Administração e do risco inerente a eventuais descumprimentos, será exigida garantia contratual para todos os itens e/ou lotes.

6.3.2. A adoção da garantia contratual visa:

- a) Assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pelos contratados;
- b) Reduzir riscos de inadimplemento, atrasos ou prestação defeituosos;
- c) Proteger o interesse público e o erário, conferindo maior segurança jurídica à execução contratual.

6.3.3. A garantia poderá ser prestada, a critério do contratado, nas modalidades previstas no art. 96, §1º da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

6.3.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em decorrência do disposto no art. 1º, IV do Decreto-Lei 1.737, de 1979.

6.3.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

6.3.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 60 dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

6.3.6.1. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

6.3.6.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

6.3.6.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no parágrafo anterior, observada a legislação que rege a matéria.

6.3.7. Caso a garantia tenha se constituído na forma de carta de fiança fidejussória, o fiscal do contrato deverá verificar se foi emitida por instituição que possua a devida autorização do Banco Central do Brasil para operar como instituição financeira e, como tal, a prestar garantia sob a forma de fiança bancária.

6.3.7.1. Caso a garantia tenha se constituído na forma de carta de fiança fidejussória, o fiscal do contrato deverá verificar se foi emitida por instituição que possua a devida autorização do Banco Central do Brasil para operar como instituição financeira e, como tal, a prestar garantia sob a forma de fiança bancária.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- 6.3.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 6.3.9. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 6.3.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 6.3.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco.) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 6.3.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 6.3.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 6.3.14. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 6.3.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 6.3.16. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Termo de Referência ou Projeto Básico e no Contrato.

Demais Requisitos

- 6.4. A empresa CONTRATADA se obrigará a executar o serviço contratado, empregando material de qualidade e obedecendo rigorosamente as Especificações Técnicas, Normas Técnicas aplicáveis e quaisquer instruções e regulamentos complementares emitidos pela Administração.
- 6.5. A empresa CONTRATADA se obrigará a atender as demais exigências contidas nos tópicos relativos ao modelo de execução do contrato e a forma e critérios de seleção do fornecedor.
- 6.6. A empresa CONTRATADA deverá possuir expertise em obras afins ao objeto pleiteado comprovadamente por Atestados de Capacidade Técnica registrado no órgão competente.
- 6.7. A empresa licitante deverá estar devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA). Na data prevista para entrega da proposta apresentará a Certidão de Registro e Quitação que comprova a situação do registro da empresa no conselho quanto a sua regularidade e anuidade.
- 6.8. Comprovação da capacidade técnico-profissional – apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.
- 6.9. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão integrar o quadro permanente da empresa licitante. A comprovação de sua vinculação, na data prevista para a entrega da proposta, deverá observar o disposto no item 6.11.1, entendendo-se como integrantes do quadro permanente, para fins deste certame:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- a) o sócio que comprove seu vínculo por meio do contrato social ou estatuto social;
- b) o administrador ou diretor;
- c) o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e
- d) o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso a licitante venha a se sagrar vencedora desta licitação.

6.10. Os profissionais participantes da Equipe Técnica deverão ser os mesmos que assinarão as ARTs de execução de obras /serviços.

6.11. Os atestados de capacidade técnico-profissional, ou Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) e Certificado de Acervo Técnico (CAT) deverão estar devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia (CREA) da região onde os serviços foram executados, comprovando que os responsáveis técnicos constantes do quadro técnico da licitante executam ou executaram serviços similares, em vulto e tipologia aos da contratação pretendida.

6.11.1. A comprovação de que o profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente referido no item acima pertence ao quadro da empresa deverá ser feita através de uma das seguintes formas:

- a) Carteira de trabalho;
- b) Certidão do CREA/CAU para os Responsáveis Técnicos da empresa;
- c) Contrato Social para os proprietários ou sócios da empresa;
- d) Contrato de Prestação de Serviços;
- e) Contrato de Trabalho registrado na DRT.

6.12. Apresentar os seguintes documentos:

6.12.1. Planilha sintética de preços unitários, quantitativos e preços totais dos itens devidamente especificados os insumos com as suas respectivas marcas, ou em uma lista das mesmas em anexo à planilha e planilha de composição analítica de preços unitários.

6.12.2. A composição do BDI, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual e apresentação dos encargos sociais.

6.12.3. O cronograma físico-financeiro, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Administração no ETP, ajustado à proposta apresentada.

Recursos de pessoal, equipamentos, materiais e instalações.

6.13. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o treinamento, qualificação e recursos de mão-de-obra, material e equipamentos necessários aos trabalhos para o cumprimento dos prazos e demais exigências do termo e seus anexos, observando as quantidades mínimas necessárias.

6.14. É de responsabilidade da Contratada o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares na execução dos trabalhos e nas condições de segurança, cabendo exclusivamente a Contratada a responsabilidade por ações trabalhistas, previdenciárias e/ou acidentárias promovidas por seus empregados ou prepostos.

6.15. A Contratada deverá manter no seu quadro funcional Engenheiro Responsável pela execução continua dos serviços, o qual deverá atender imediatamente as solicitações do município.

6.16. Todas as ferramentas necessárias e a serem utilizadas quando da execução de quaisquer serviços deverão estar sempre à disposição do pessoal que executará tais serviços, jamais sendo aceita alegação de falta de ferramental disponível.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

6.17. Os veículos necessários a perfeita execução de todo e qualquer serviço também serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

6.18. Todo material a ser usado tais como: como fitas isolantes, massa de isolamento elétrico, tintas, primers, removedores, solventes, mesmo sendo produtos de valor menos significativo, deverão ser adquiridos de fabricantes devidamente qualificados e certificados. Assim como: lixas, panos, estopas, sabões, massa para calafetar, massa plástica, pinceis, todos deverão ser de boa procedência e adquiridos junto a fabricantes de boa reputação no mercado, sujeitos a reprovação do SMOI.

6.19. Todos os demais materiais necessários aos serviços, objeto do presente termo, deverão ser adquiridos de fornecedores homologados e atenderem integralmente as normas da ABNT E INMETRO/PROCEL, quando aplicável. Qualquer aplicação de material diverso deverá receber anterior aprovação da SMOI, mediante todos os testes e recursos disponíveis e solicitados para avaliação.

Mão de Obra

6.20. Quando a fiscalização constatar que o profissional da Contratada não tem a qualificação necessária, a SMOI poderá exigir o treinamento, reciclagem e/ou substituição desta mão de obra;

6.21. É de responsabilidade também da Contratada o pleno cumprimento das leis e normas regulamentares da execução dos trabalhos e das condições de segurança pertinente, cabendo exclusivamente à Contratada a responsabilidade por ações trabalhistas, previdenciárias e/ou acidentárias promovidas por seus empregados.

6.22. Os profissionais da Contratada deverão estar sempre de farda, devidamente identificados e usando os EPI's adequados à execução de cada serviço.

6.23. Dentre os trabalhos de administração do contrato, a Contratada deverá manter preposto responsável pela execução contínua dos serviços, o qual deverá atender imediatamente às solicitações da Prefeitura. O referido preposto deverá comparecer semanalmente nas instalações da SMOI, para prestar e/ou providenciar os esclarecimentos necessários. Para os pedidos, que deverão ser atendidos no prazo de 24 horas, a SMOI comunicará à Contratada por meio de e-mail ou telefone.

Inspeções e Aquisição

6.24. Todos os materiais adquiridos pela Contratada serão inspecionados pelo município e quando for o caso, por corpo técnico da Concessionaria, sempre nas dependências da Contratada.

6.25. Todas as despesas decorrentes da inspeção deverão ser suportadas exclusivamente pela Contratada, inclusive aquelas decorrentes de ensaio destrutivo. Para tanto, deverá a Contratada protocolar junto a SMOI a solicitação para inspeção dos materiais, antes da sua instalação.

6.26. A aquisição de materiais pela Contratada deverá ser dimensionada e planejada de forma que todos os materiais sejam inspecionados de acordo com as rotinas do município.

Controle de Qualidade

6.27. A Contratada se obriga, a partir da assinatura do contrato, a GARANTIR A QUALIDADE de todo e qualquer material aplicado no Sistema de Iluminação Pública do Município de Maruim/SE.

6.28. Toda documentação solicitada nas etapas de Inspeção e Liberação farão parte do acervo do município, de forma a garantir a rastreabilidade e o controle de qualidade. A qualquer



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

momento o município poderá requisitar amostras dos produtos para a realização de ensaios para controle da qualidade. Estes ensaios serão suportados exclusivamente pela Contratada;

Gestão de Materiais

6.29. Em hipótese alguma poderá a Contratada ou qualquer de seus funcionários doar, emprestar, permutar, enfim desenvolver qualquer operação de qualquer espécie envolvendo materiais retirados do Sistema de Iluminação Pública do município. Todos esses materiais pertencem ao município e devem estar ao dispor do Município. Qualquer procedimento que configure inconformidade na relação com o material de propriedade do Município dará ensejo a devida indenização com as penalidades cabíveis.

6.30. A contratada deverá apresentar à SMOI em até 10 (dez) dias da assinatura do Contrato a relação de estoque mínimo que deverá manter em seu almoxarifado, nunca inferior a 3% (três por cento) de todos os acessórios inerentes aos pontos de Iluminação Pública. Além das luminárias distribuídas por potência das respectivas lâmpadas, sempre com sistema de ignição e reles acoplados que deverão ser montados somente quando da respectiva instalação.

6.31. Todos os materiais retirados do sistema de iluminação pública serão transportados pela Contratada para o almoxarifado da SMOI. A Contratada fará, as suas expensas, um pré-tratamento e acondicionamento dos mesmos. Esses materiais ficarão depositados em local apropriado, até que o município indique a destinação final dos mesmos.

6.32. A triagem dos materiais será efetuada por mão-de-obra fornecida pela Contratada, sob orientação e fiscalização do Município.

6.33. As devoluções de materiais à Concessionaria, quando for o caso, deverão ser acompanhadas da documentação legal pertinente, sendo que as guias de entrega deverão ser assinadas e carimbadas no seu verso por no mínimo um funcionário da Concessionaria ou por pessoa por ela designada.

6.34. Os serviços de movimentação de carga, descarga, manuseio e transporte dos materiais entre almoxarifados da Contratada, do Município e da Concessionaria, observadas as datas e locais programados, serão de responsabilidade da Contratada.

6.35. Todo o material que puder ser reaproveitado deverá ser colocado sempre à disposição do Município, com relatório de quantitativos e classificação atualizados e está o usará segundo seus critérios, vontade e interesse.

6.36. A Contratada jamais poderá utilizar os materiais salvados para recomposição em serviços de Manutenção, salvo condições onde houver autorização previa pela SMOI.

6.37. A empresa contratada poderá utilizar para todos os efeitos a política reversa para materiais contaminantes retirados dos sistemas de iluminação pública, respeitando-se as normas legais.

Justificativa e regras para exigência de ensaios (inclusive destrutivos) custeados pela Contratada

6.38. Finalidade: interesse público e controle de qualidade

6.38.1. A possibilidade de realização de ensaios de conformidade, inclusive destrutivos, justifica-se como instrumento de controle de qualidade dos materiais e componentes aplicados no Sistema de Iluminação Pública, visando assegurar segurança elétrica, desempenho, durabilidade e conformidade técnica, evitando falhas precoces, interrupções do serviço, riscos à população e prejuízos ao erário.

6.39. Hipóteses de acionamento

6.39.1. A Administração poderá exigir ensaios quando ocorrer ao menos uma das situações abaixo:



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- a) Suspeita motivada de não conformidade, evidenciada por inspeção técnica/visual, divergência de especificação, inconsistência documental, ausência de identificação/etiquetagem, indícios de falsificação ou incompatibilidade com o sistema existente;
- b) Reincidência de falhas acima do aceitável ou ocorrência de falha crítica, tais como queima precoce, desligamentos recorrentes, aquecimento anormal, instabilidade/flicker, defeito em série por lote, dentre outros;
- c) Amostragem de rotina para verificação de qualidade, respeitados limites máximos definidos neste TR;
- d) Alteração de marca/modelo/lote/fabricante do item fornecido, quando houver risco de variação de desempenho em relação ao especificado/aceito;
- e) Ocorrência com risco à segurança tais como curto, choque, arco elétrico, cabo exposto, danos relevantes em conjunto elétrico, dentre outros, quando necessário apurar a causa relacionada ao material fornecido/instalado.

6.40. Procedimento de solicitação

6.40.1. A exigência de ensaio será formalizada pela Fiscalização, mediante Notificação/Ordem de Serviço, contendo, no mínimo:

- a) identificação do item/material e do lote;
- b) quantidade de amostras;
- c) motivação e enquadramento em uma das hipóteses do item 6.39;
- d) tipo(s) de ensaio(s) requerido(s);
- e) critérios de aceitação e referência normativa aplicável;
- f) prazo para apresentação do laudo.

6.41. Padrões técnicos

6.41.1. Os ensaios serão executados conforme normas técnicas aplicáveis ao item (ABNT/IEC e correlatas) e/ou requisitos de certificação/qualidade previstos neste TR, podendo abranger, conforme o caso:

- a) ensaios elétricos e de segurança, tais como isolamento, continuidade, aquecimento, grau de proteção, proteção contra surtos, dentre outros;
- b) ensaios luminotécnicos para luminárias LED, tais como fluxo luminoso, distribuição fotométrica, eficiência, parâmetros de cor, manutenção de fluxo, flicker, dentre outros;
- c) ensaios de componentes e acessórios (cabos, conectores, relés/fotocélulas, drivers, dispositivos de proteção).

6.42. Laboratório e laudo

6.42.1. Os ensaios deverão ser realizados por laboratório idôneo, preferencialmente acreditado quando aplicável ao tipo de ensaio.

6.42.2. O laudo deverá conter, no mínimo:

- a) identificação da amostra e rastreabilidade do lote;
- b) metodologia e norma aplicada;
- c) resultados obtidos e critérios de aceitação;
- d) conclusão objetiva sobre conformidade/não conformidade.

6.43. Custos

6.43.1. Os custos dos ensaios serão de responsabilidade da Contratada quando:

- a) houver não conformidade confirmada em laudo; e/ou



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM**

b) houver divergência entre o fornecido/instalado e o contratado (especificação, marca/modelo, certificação, requisitos técnicos).

6.43.2. Para fins de proporcionalidade, quando se tratar de amostragem de rotina sem indício e o laudo comprovar plena conformidade, o TR poderá prever:

a) reembolso pela Administração, mediante comprovação do custo; ou

b) manutenção do custo integral com a Contratada, desde que respeitados os limites do item

6.44. Consequências da não conformidade

6.44.1. Confirmada a não conformidade, a Contratada deverá, sem ônus adicional:

a) substituir os itens/lotos não conformes;

b) executar reinstalação/adequação necessária;

c) recompor danos e restabelecer o serviço;

d) arcar com os custos dos ensaios e demais medidas corretivas;

e) sujeitar-se às sanções e demais previsões contratuais cabíveis.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

Recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, contado pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento de exigências de caráter técnico.

7.1.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.2. Será realizada inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de (profissionais técnicos e/ou profissionais encarregados pelo serviço), com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques ou revisões que se fizerem necessários.

7.1.3. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.1.4. O recebimento provisório ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e instruções exigíveis.

7.1.5. No prazo indicado no item 7.1, o fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar relatório circunstanciado de acordo com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, mediante termo detalhado, após verificação da qualidade e quantidade do serviço executado, observadas as seguintes diretrizes:

7.2.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

7.2.2. Emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

7.2.3. Comunicar ao fornecedor para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado ou equivalente.

7.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 11.6 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.4. O aceite ou aprovação do(s) serviço(s) pela Administração Pública, na forma do § 2º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Garantia, manutenção e assistência técnica

7.5. Serão exigidas condições de manutenção e assistência técnica.

7.6. O prazo de garantia contratual do serviço, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do encerramento da garantia legal, a qual se iniciará no primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, devendo observar, ainda, ao seguinte:

7.6.1. A garantia será prestada sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

7.6.2. Uma vez notificada, a Contratada realizará a correção dos serviços executados em desconformidade com este Termo de Referência no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de notificação do não aceite pelo fiscal do contrato.

7.6.3. O prazo indicado no subitem 7.11.2, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

7.6.4. Decorrido o prazo para correção sem o atendimento da solicitação da Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a correção do serviço, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia do serviço.

7.6.5. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado da vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Prazos para a execução dos serviços

7.7. O prazo para início da execução dos serviços será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da ordem de serviço, autorização formal de início ou instrumento equivalente, salvo disposição diversa no contrato ou no termo de referência.

7.8. Caso não seja possível iniciar a execução dos serviços no prazo estabelecido, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a Administração, apresentando as justificativas cabíveis, para fins de análise de eventual prorrogação de prazo, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, na forma da legislação aplicável.

7.9. Para os serviços de substituição a Contratada deverá obedecer aos seguintes prazos:

a) 7 (sete) dias corridos para a substituição, correção de posição ou instalação de pontos IP a partir da entrega da OS pela SMOI;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- b) 15 (quinze) dias corridos para a remoção de pontos IP a partir da solicitação do SMOI;
 - c) 10 (dez) dias corridos para a supressão de pontos IP a partir da solicitação do SMOI;
 - d) 3 (três) dias para “Serviços Corretivos”, podendo ser ampliado a critério do SMOI;
 - e) 15 (quinze) dias corridos para a apresentação de orçamento e/ou projeto quando a pedido da SMOI;
 - f) 5 (cinco) dias para apresentar resposta por escrito, de comunicação escrita (ofício, correio eletrônico, etc.) encaminhado pelo SMOI;
 - g) 7 (sete) dias corridos para comunicação das situações previstas no item “Situações a serem Corrigidas ou Comunicadas” do presente Termo;
 - h) 24hs para os serviços de pronto atendimento, conforme definido no presente termo, deverá ser executado de imediato, no momento do recebimento da OS;
 - i) Para os serviços de Remodelação, Eficientização e Ampliação, os prazos de execução serão definidos e indicados pelo SMOI, na emissão das Ordens de Serviço;
- 7.10. A SMOI terá até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da medição pela Contratada, para a referida aprovação.

Disposições Gerais

- 7.11. Os serviços deverão ser prestados no(s) local(is) indicado(s) pela Administração, conforme definido na ordem de serviço, autorização de execução ou instrumento equivalente.
- 7.12. O setor responsável pelo acompanhamento, fiscalização e recebimento dos serviços será indicado na ordem de serviço ou em ato administrativo específico.
- 7.12.1. A execução dos Serviços de Manutenção de toda a extensão da Rede de Iluminação Pública, deverão ocorrer por constatação de problemas, por servidores, munícipes e/ou funcionários da contratada desde que informado ao SMOI.
- 7.12.2. Todas as ocorrências serão notificadas junto ao SMOI, por quaisquer meios de comunicação disponível, que fará a verificação e constatando a veracidade, abrirá OS, classificando de acordo com a urgência.
- 7.12.3. Todas as OS serão encaminhadas à contratada para a devida programação da sua equipe de manutenção.
- 7.13. A prestação dos serviços deverá ocorrer, preferencialmente, no horário de funcionamento do órgão demandante, observado o cronograma, a natureza do serviço e as condições estabelecidas no contrato.
- 7.13.1. Esses serviços serão executados juntamente com os serviços corretivos, salvo se a quantidade de OS de Serviços Corretivos exceda a carga horária de um dia, nesse caso a contratada poderá fazê-lo em outro dia da semana.
- 7.13.2. Esses serviços serão executados uma ou duas vezes por semana, dependendo da necessidade, sempre das 8h até as 17h;
- 7.14. Excepcionalmente, a prestação dos serviços poderá ocorrer fora do horário regular de expediente, inclusive em sábados, domingos e feriados, quando houver necessidade devidamente justificada pela Administração, desde que previamente comunicada à CONTRATADA.
- 7.15. A CONTRATANTE deve proporcionar ao CONTRATADO todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 7.16. A CONTRATADA deve se responsabilizar por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária, previdenciária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado, inclusive as despesas relativas a frete e/ou



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

carreto, seguro, embalagens e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento ora contratado.

7.16.1. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Contratante a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

7.17. A CONTRATADA deve emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente apresentou a documentação de regularidade e qualificação exigidas quando da instrução do referido processo de contratação direta.

7.18. A CONTRATADA responde, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao Órgão Contratante, ou ainda a terceiros, na execução do objeto deste Termo e da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento do contrato pelo Órgão Contratante.

7.18.1. A Contratada se responsabiliza por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela Contratante, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato.

7.18.2. A Contratada autoriza a Contratante a descontar o valor correspondente a danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, ou da garantia contratual, se houver, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.19. A CONTRATADA deve arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20. Refazer ou corrigir, obrigatoriamente, qualquer serviço que esteja em desconformidade no mesmo prazo definido para execução, ou em prazo específico caso tenha sido definido em cláusula própria deste Termo de Referência ou pelo fiscal do contrato.

7.21. Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente identificados com crachá subscrito pela Contratada.

7.22. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

7.23. A Contratada deve designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à Contratante durante a execução contratual, devendo tal preposto permanecer no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

7.23.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pela Contratante, desde que devidamente justificada, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade.

7.24. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto desta contratação.

7.25. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência.

7.26. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, observado o disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes na proposta vencedora.

7.27. Comunicar imediatamente à Contratante a ocorrência de associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, para



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

conhecimento e adoção das providências necessárias, inclusive quanto à análise de viabilidade de manutenção da relação contratual.

7.28. Caberão, exclusivamente à Contratada, todas as gestões junto a terceiros, como órgãos públicos (polícias militar e civil), concessionárias e empresas privadas (trânsito, energia elétrica, água e esgoto, gás, telefonia, TV a cabo, etc.) no intuito de liberar/isolar/proteger áreas, circuitos, interferências, etc., visando o desenvolvimento de todos os trabalhos previstos.

7.29. Manter válidos, durante toda a vigência contratual, os registros e anotações técnicas exigidos para a habilitação (CREA, ART, CAT e equivalentes), comunicando à Contratante qualquer alteração que possa afetar a regular execução do objeto.

7.30. Apresentar, a cada Ordem de Serviço e medição, relatório técnico contendo a discriminação dos serviços executados, materiais aplicados, pontos atendidos e registro fotográfico, quando solicitado, para fins de ateste e arquivamento pela fiscalização.

Elaboração de Boletim de Ocorrência Policial

7.31. A Contratada, no decorrer de seus serviços, quando constatar a ocorrência de acidente, vandalismo, furto ou outros danos causados por terceiros na Rede de Iluminação Pública, deverá providenciar os reparos requeridos, colhendo os dados necessários para que a SMOI possa acionar o eventual causador destes danos. Para tanto, a Contratada deverá providenciar, junto aos órgãos policiais competentes, o correspondente Boletim de Ocorrência Policial, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

7.32. Na medição deverão ser apresentados todos os Boletins de Ocorrência registrados no período de referência, acompanhados de relação detalhada de locais, materiais e quantidades envolvidas, serviços efetuados, números de protocolos associados; número do B.O. e datas de constatação, do registro do B.O. e de execução dos serviços.

7.33. As situações a baixo relacionadas quando observadas deverão ser comunicadas, por escrito, aa SMOI que poderá solicitar os registros fotográficos dos casos:

- a) Logradouros onde os serviços de manutenção não são realizados devido a ameaças, restrições de acesso e vandalismo constante;
- b) Cargas clandestinas ligadas à Rede de Iluminação Pública;

Remoção e Supressão de Pontos IP

7.34. Nos Serviços de Remoções, a Contratada deverá retirar os pontos IP, desmontá-los, identificando adequadamente no local cada um de seus componentes, transportando-os e armazenando-os, para posterior reinstalação, no mesmo local ou em outro a ser definido pelo SMOI.

7.35. Nos Serviços de Supressões, a Contratada, da mesma forma, deverá retirar pontos IP, porém em caráter definitivo, desmontar e identificar todos os componentes, transportando-os e armazenando-os temporariamente em seu almoxarifado e posteriormente para outro local a ser designado pelo SMOI.

7.36. As intervenções da Contratada nos pontos IP e respectivos circuitos, para a execução dos Serviços de Remoção e Supressão, deverão acontecer por solicitações formais da SMOI que emitirá as correspondentes autorizações.

Requisitos Complementares

7.37. Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão ser executados segundo os padrões e requisitos previstos nas normas ABNT.

7.38. Constatada a queima do fusível da chave magnética ou o desarme do disjuntor da chave de proteção e comando, a Contratada deverá, antes do rearme, inspecionar todo o circuito de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Iluminação Pública alimentado por este equipamento, para certifica-se da não existência de circuito em curto na rede.

7.39. Após o rearme da chave de proteção, deverá ser efetuada a medição de corrente elétrica do circuito de Iluminação Pública para constatação de que o desarme ocorreu por um defeito transitório e não por sobrecarga. As correntes deverão novamente ser medidas e anotadas na ficha de serviço após a estabilização do circuito, no mínimo após 10 minutos.

7.40. Quando da manutenção em qualquer unidade em poste metálico, deverá ser verificada a existência do aterramento e constatada qualquer irregularidade, a mesma deverá ser corrigida ou executado novo aterramento, com emissão de relatório pertinente, com os valores da resistividade do solo, atendendo às normas vigentes.

7.41. Quando da necessidade de intervenção da Concessionária de energia elétrica, como por exemplo, substituição da chave primária, conector de linha viva aberto etc., a chave de proteção e comando da rede de Iluminação Pública deverá ser desarmada (desligada) antes da intervenção.

7.42. Quando da necessidade de instalação ou substituição de qualquer ponto IP, aérea ou subterrânea, a lâmpada só deverá ser instalada após a fixação e ajuste definitivo da Unidade.

7.43. Nos serviços a serem executados a pedido de terceiros serão praticados os preços ofertados à PMM, cuja execução dependerá da prévia análise pela SMOI, do projeto devidamente acompanhado da lista de materiais, sem ônus para a PMM.

7.44. A recomposição dos passeios ou logradouros públicos necessários, em função dos trabalhos executados pela Contratada, será de sua exclusiva responsabilidade.

7.45. Os demais aspectos técnicos, operacionais e executivos relativos à prestação dos serviços encontram-se detalhados no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra este Termo de Referência como documento complementar, sem prejuízo das disposições contratuais.

8. MODELO DA GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021)

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A CONTRATADA não pode contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. A CONTRATADA deve cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, quando se enquadrar nestas hipóteses, conforme o disposto na legislação, respeitadas as proporções para empregar pessoas com deficiência, que variam de acordo com a quantidade de funcionários.

Fiscalização

8.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

8.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

8.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

8.9.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

8.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

8.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

8.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Gestor do Contrato

8.10. O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

8.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8.17. Na forma do que dispõe o art. 117, caput da Lei nº. 14.133/21 ficará designado servidor nomeado em portaria específica, apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.

9. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS (art. 92, V, XI)

9.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1.1. No caso de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o prazo para resposta será de 60 (sessenta) dias.

9.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

9.1.3. Na hipótese de haver previsão expressa no edital, no aviso de contratação direta ou no instrumento contratual, poderá ser admitido o reajustamento ou a repactuação dos preços pactuados, conforme o caso, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base definida no instrumento convocatório ou no contrato, mediante a aplicação do índice IPCA de correção monetária, ou outro índice oficial adotado pela Administração, acumulado no período.

9.1.3.1. Na hipótese de omissão quanto à definição do índice de reajustamento ou repactuação no Termo de Referência, no edital, no aviso de contratação direta ou no contrato, a recomposição poderá ser realizada mediante adoção de índice oficial definido pelo Governo Federal, compatível com a natureza do objeto, definido pela Administração de forma motivada, com base em critérios técnicos, práticas de mercado e orientações dos órgãos de controle, observados os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, segurança jurídica e equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.1.3.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, devendo sua eventual concessão ser precedida de solicitação da empresa contratada.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

9.1.3.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. A empresa contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “h” da Lei 14.133/2021)

Forma de prestação dos serviços

10.1. A prestação dos serviços será feita de maneira contínua, de acordo com a solicitação do órgão contratante.

Exigências de habilitação

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

10.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

10.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

10.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

10.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

10.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da Lei.

10.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.19. Será exigida somente a Certidão Cível negativa quanto a processo de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II, expedida até 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão.

10.19.1. Não será exigida a apresentação de Balanço Patrimonial ou demais demonstrações contábeis, tendo como fundamento o seguinte:

10.19.1.1. Nos termos do art. 63, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública pode exigir demonstrações contábeis como critério de habilitação econômico-financeira, desde que observadas a natureza, o porte da empresa, a complexidade, regionalidade e o valor do contrato.

10.19.1.2. No presente caso, considerando diversos aspectos, dentre os quais as questões envolvendo o valor estimado e a complexidade operacional, a exigência de balanço patrimonial e outras demonstrações contábeis se mostra desproporcional e desnecessária, não representando ganho efetivo na análise da capacidade financeira das licitantes.

10.19.1.3. A exigência da Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial revela-se, portanto, suficiente e adequada para resguardar o interesse público, estando em conformidade com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e economicidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Técnica

10.20. Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, em nome da licitante, que comprovem a sua aptidão para



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo e da licitação e/ou o fornecimento de bens similares, equivalentes ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente.

10.20.1. Para fins da comprovação de que trata o item acima, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.20.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacitação técnico-operacional, a uma única contratação.

10.21. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial do fornecedor.

10.22. Os atestados deverão conter as seguintes informações, que permitam a identificação correta do prestador, tais como:

- a) Nome, CNPJ e endereço completo do emitente da certidão;
- b) Nome e CNPJ do prestador;
- c) Data de emissão do atesto ou da certidão;
- d) Identificação e assinatura do signatário (nome e cargo que exerce na emitente).

10.23. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.24. Registro ou inscrição na entidade profissional Crea, em plena validade.

10.25. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável ou declaração do licitante na forma do item 10.24 deste Termo de Referência.

10.26. Comprovação de Capacidade Técnico-Profissional, mediante Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido(s) em nome da empresa licitante, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT ou Anotação(ões)/Registro(s) de Responsabilidade Técnica – ART/RRT emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente em nome do(s) profissional(ais) vinculado(s) ao(s) referido(s) Atestado(s), como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome de profissional(ais) de nível superior reconhecido pela entidade competente, integrante(s) do quadro permanente da empresa licitante na data prevista para a entrega da Proposta, que comprove(m) ter o profissional licitante executado obra(s) e/ou serviço(s) com compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto deste instrumento e seus anexos, especificamente nas características e quantidades relativas às parcelas de maior relevância.

10.26.1. O Profissional deve apresentar no ACERVO obra com semelhança em Manutenção com Substituição de Peças da Iluminação Pública em Led (itens em insumo com mão de obras indicada), conforme objeto.

10.26.2. A comprovação de que o profissional indicado na presente alínea integra o quadro permanente da empresa licitante far-se-á através da apresentação de cópia dos seguintes documentos:

- a) Contrato de trabalho por tempo indeterminado; e/ou
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; e/ou
- c) Ficha de Registro de Empregados; e/ou
- d) Contrato de Prestação de Serviço; e/ou
- e) Contrato Social e a sua última alteração, na hipótese de o profissional ser sócio da



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

empresa licitante, ficando dispensados os documentos exigidos nas alíneas “a” a “d” supra;

10.26.3. No decorrer da execução do serviço, o profissional de que trata o item acima poderá ser substituído, nos termos do § 6º do artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

10.26.4. O fornecedor deverá apresentar a relação de compromissos por ele assumidos que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico apresentado para fins de qualificação técnico-profissional.

10.27. Comprovação de Capacidade Técnico-Operacional, mediante Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, emitido(s) em nome da empresa licitante, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT ou Anotação(ões)/Registro(s) de Responsabilidade Técnica – ART/RRT emitida(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Profissional competente em nome do(s) profissional(ais) vinculado(s) ao(s) referido(s) Atestado(s), como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome da empresa licitante (Acórdão nº 2326/2019-Plenário do TCU), que comprove(m) ter a empresa licitante executado obra(s) e/ou serviço(s) com compatibilidade em características, quantidades e prazos com o objeto deste instrumento e seus anexos, especificamente nas características e quantidades relativas às parcelas de maior relevância.

10.27.1. A empresa deve apresentar no ACERVO obra com semelhança em Manutenção com Substituição de Peças da Iluminação Pública em Led, conforme objeto.

10.28. Da realização de vistoria

10.28.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta através do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o fornecedor poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 07:00 horas às 13:00 horas, desde que previamente agendada junto ao setor de obras através do e-mail obras@maruim.se.gov.br ou do(s) telefone(s) nº (79) 3275-1363.

10.28.1.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

10.28.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do (Aviso de Contratação Direta ou Edital), estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura das propostas.

10.28.3. Para a vistoria, o representante designado pelo fornecedor deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e outro documento hábil a demonstrar a sua representação junto à empresa para realização da vistoria.

10.28.4. Por ocasião da vistoria, o fornecedor poderá solicitar que lhe sejam disponibilizadas as informações relativas ao objeto da contratação em mídia digital (e-mail, “pen-drive” ou equivalentes), para que tenha condições de bem elaborar sua proposta.

10.28.5. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo fornecedor em que conste que conhece as condições locais para a execução do objeto ou, alternativamente, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

10.28.5.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM**

de prestação dos serviços, devendo o fornecedor assumir o ônus dos serviços decorrentes.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, Inciso XXIII, letra “g” da Lei nº 14.133/2021)

Liquidação

11.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

11.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.1.2. Caso o objeto da contratação contemple a prestação de serviços e a aquisição de bens, o fornecedor deverá emitir uma nota fiscal para o fornecimento de material e uma nota fiscal para a prestação de serviços, considerando o percentual do objeto que corresponde a material e o percentual que corresponde a serviço indicado no Termo de Referência, incidindo sobre cada uma delas o valor do imposto do ICMS e do ISSQN correspondente.

11.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do art. 90, §21 da Lei nº 14.133/2021.

11.5. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos competentes.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

11.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.10. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

Prazo de pagamento

11.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

11.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária, ou outro índice oficial adotado pela Administração.

Forma de pagamento

11.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.13.1. Não haverá pagamento antecipado.

11.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Dos critérios de aferição e medição para faturamento

11.18. A avaliação da execução do objeto utilizará as regras dispostas neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.18.1. A medição e a liquidação da despesa estarão condicionadas ao recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos do item 7 deste Termo de Referência, bem como ao atesto do fiscal do contrato.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

11.19. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

11.19.1. Executar os seus quantitativos conforme a planilha orçamentaria bem como o memorial de cálculo.

11.19.2. Executar os serviços conforme procedimentos descritos no memorial descritivo ou caderno de especificação.

11.19.3. Executar os serviços conforme projetos apresentados.

11.20. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.20.1. não produziu os resultados acordados;

11.20.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

11.20.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.21. A medição mensal dos serviços executados, descritos neste Termo, deverá ser apresentada em meio magnético através de planilha padronizada em formato “Excel” e impressa, detalhada por natureza de serviço e consolidada no “quadro resumo da medição mensal”.

11.22. Às planilhas para medição poderão ser modificados ou acrescentados novos modelos a critério da SMOI.

11.23. Os serviços serão quantificados mensalmente e consolidados na medição, de acordo com o definido nas especificações da SMOI, desde que tenham sido atendidas todas as condições técnicas previstas no presente Termo de Referência.

11.24. A medição final dos serviços somente será encaminhada a pagamento quando resolvidas todas as divergências, inclusive quanto a atrasos e multas relativas ao objeto do Contrato.

11.25. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

11.26. A Contratada é responsável pela correção dos dados apresentados, bem como por erros e omissões.

11.26. A SMOI terá até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de apresentação da medição pela Contratada, para a referida aprovação.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 155 da Lei nº 14.133/2021)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o pregão eletrônico ou execução do contrato;
 - i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
 - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);
 - d) Multa:
 - (1) moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 01 (um) dia;
 - (2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante. (art. 156, §9º).
- 12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa. (art. 156, §7º).
- 12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157).
- 12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. (art. 156, §8º).
- 12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei. (art. 159).

12.11. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. (art. 160).

12.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161).

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º, da Lei 13.709/18.

13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. Constitui atribuição da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.5. O CONTRATANTE deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.6. A CONTRATADA deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, em prazo não superior a 02 (dois) dias úteis.

13.8. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM

13.9. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16, ambos da Lei nº 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.10. Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme art. 37, da Lei nº 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo CONTRATANTE nas hipóteses previstas na LGPD.

13.11. O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, Inciso XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/2021)

14.1. O valor estimado da presente licitação é de **R\$ 1.939.454,11 (um milhão, novecentos e trinta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos)**, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado em anexo.

15. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII alínea “i”)

15.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa dos Órgãos Participantes deste Registro de Preços para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão CONTRATANTE, tomadas as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos ou instrumentos equivalentes, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente, sendo desnecessária sua informação em face de se tratar de Sistema de Registro de Preços.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, quando for o caso.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Em virtude com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para a análise da conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

16.2. Consta no orçamento do exercício de 2026.

Maruim/SE, 10 de março de 2026.

JOSÉ SILVA PRADO
RESP. TÉC. DE MARUIM/SE
Engenheiro Civil



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM